

política

mais agilidade em obras contra cheias

Perfil



FOTOS: GABRIEL SILVA/ESPECIAL/JC

Marcelo Maranata (PSDB) nasceu em Camaquã e tem 50 anos. Foi engraxate, entregador de jornal e motoboy antes de se mudar para Guaíba, onde foi cursar Direito. Virou comerciante abrindo uma pequena papelaria. Se tornou dirigente lojista como presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio (Sindilojas) e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Em 2020, foi eleito prefeito de

Guaíba. Em 2024 foi reeleito para a prefeitura do município da Região Metropolitana de Porto Alegre. É pai de Marcelly, Marjorie e Davi, e é casado com Deise Maranata. Em 2025, se filiou ao PSDB, ainda como prefeito de Guaíba. Em abril de 2026, renunciou ao cargo de prefeito para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul no pleito de outubro deste ano.

fazer isso, mesmo com a iniciativa privada. Não conseguimos dragar ainda o Guaíba, não conseguimos liberar para poder fazer a mineração. A gente pode vir com o grão desde Cachoeira (do Sul), trazendo o grão para cá, para poder também industrializar o agro, como está fazendo a região de Passo Fundo, a possibilidade de a gente fazer etanol com arroz, como estão fazendo lá, com trigo. O potencial do nosso Estado é gigante de forma hídrica, mas a gente ainda tem uma dependência da malha rodoviária. Agora, precisa sentar com o presidente da República e dizer quais vão ser as obras importantes do próximo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Não temos condição de fazer tudo com dinheiro (do Estado), e penalizar o povo gaúcho com pedágio é uma injustiça.

JC - Propôs criar 2 mil escolas de empreendedores. Como seria?

Maranata - Isso é uma coisa que me encanta, porque fui professor em um curso que sou apaixonado, que é Aprender a empreender, do Sebrae, no Projeto Pescar. E

lembro de alunos meus que montaram uma lavagem, as meninas montaram o salão de cabeleireiro, a outra fez uma padaria, e foi formar quem já tinha o espírito empreendedor. Então, qual é a ideia aqui? São duas mil escolas empreendedoras, onde? Em lugares que já existem, é no CTG, é na igreja, é no clube de serviço, é na Casa Espírita, lá dentro do bairro, lá na favela. Quem que vai dar aula? É Sebrae. É quem já tem a capacitação pra fazer isso, e o governo vai subsidiar se ele vai dar aula para empreendedores lá naquela comunidade. Então serão os professores treinados para o Sebrae, acompanhados por uma equipe multidisciplinar, dentro do Sebrae, que sabe fazer isso e já faz isso dentro do Sistema S.

JC - Qual deve ser o papel do próximo governador junto às concessionárias de serviços essenciais, como CEEE Equatorial e Corsan/Aegea?

Maranata - A gente viu a Enel, em São Paulo, sendo revista por conta do serviço mal prestado. A gente tem um serviço hoje

ainda muito precário na condição da CEEE, então esse é um contrato que vou olhar com lupa. O povo gaúcho está sofrendo com ele e se tiver condições de a gente penalizar com multas severas e isso não adiantar, vamos rever esse contrato, porque quem está pagando essa conta é o cidadão gaúcho. Outra coisa que não está na mão do governador, porque quem assina são os prefeitos, é uma questão da Corsan, mas vou estimular os prefeitos a fazerem agências reguladoras regionais, porque a água é regional. Se você for pegar as bacias, você vai ter a bacia lá de Passo Fundo, a bacia da Serra. Aqueles municípios têm uma responsabilidade com a sua bacia, então nada mais justo que eles tenham uma regulação própria. Não ficar dependendo da Agergs, que é um puxadinho do governo, que não multa, que vai deixando, que vai passando.

JC - O governo do Estado tem um acordo com o Ministério Público de postergação até 2030 do cumprimento do mínimo constitucional de 12% da receita para a

saúde. Quando prefeito de Guaíba e presidente da Granpal, era crítico desse descumprimento. Se eleito, vai seguir o acordo ou buscará adiantar os 12%?

Maranata - Eu digo que quem quer governar 497 municípios tem que ter pelo menos governado um. Eu quero ver como é que é o posto de saúde, como é que é o hospital, como é que é o centro de especialidades, o centro de imagem. E eu não só fui prefeito, como também fui secretário de Saúde, porque eu fiquei ali, no meu início de governo, eu não contratei ninguém - de manhã eu era secretário de Saúde todos os dias, justamente pela importância que tem a Secretaria de Saúde. E, sem dúvida, quando a gente começar a fazer, o governo do Estado, a sua parte, nós vamos ter um ganho gigante na qualidade de saúde do Estado, porque os prefeitos estão tirando dinheiro da atenção básica. E aí é para o cidadão entender: o prefeito precisava gastar 15% em saúde, e eles estão gastando na média 25% e tem prefeito gastando 35%. É mais do que o dobro do que deveria gastar. Por quê? Porque o Estado não faz a parte dele. O Estado tinha que, no mínimo, fazer 12%. O Estado faz 8%, 8,5%, 9%. Isso falta na saúde do Estado, R\$ 2,5 bilhões.

JC - Então não vai seguir o acordo do Ministério Público, e pretende adiantar o cumprimento dos 12%?

Maranata - Voltando para o início da conversa, e sem demagogia: negociar Funrigs, habilidade de conversar com o governo federal, enxugar a máquina, e aí a gente tem que olhar para dentro da estrutura que cresceu o número de CCs, reduzir o tamanho do Estado, negociar com a Assembleia e também com o Judiciário, para todo mundo fazer seu tema de casa; é a hora de dar as mãos, não é hora de brigar. E aí depois sentar com o governo federal, e, junto com os outros governadores, lutar por uma tabela SUS justa. Então vamos criar uma tabela SUS gaúcha, que é onde eu quero chegar nos 12%, porque aí eu vou negociar com o governo federal: 'se você vai botar um dinheiro aqui, eu também vou botar'. Vamos fazer como Paraná, como São Paulo. Mas aí não vai ser um programa de governo, vai ser um programa de Estado. Vamos aprovar na Assembleia Legislativa e todas as especialidades que têm, vamos botar dinheiro em todas elas para completar aquilo que

o governo federal também não faz. Então a Tabela SUS como programa de Estado, olhar para dentro do SUS Gaúcho, entender as dificuldades que a gente tem por região, dividir o Estado em sete regiões, botar as 18 coordenadorias a trabalhar. Regionalização, uma coisa que é muito importante: parar com a regulação central. A regulação é regional.

JC - Quanto à proteção contra cheias, o senhor havia defendido dispensa de licitação para agilizar obras. Mantém esta posição?

Maranata - Isso aí foi uma mentira que um dos candidatos disse. Eu nunca defendi isso para a licitação. Eu defendi isso para a atualização do contrato. E o que temos aqui? Temos um contrato em que foram feitos cinco grandes projetos prontos, que precisavam só de atualização. Ou seja, você contratou uma empresa para fazer o projeto da sua casa, e, lá no meio, não começou ainda a execução dele, e você decide: 'olha, eu ia fazer o pé direito com altura da casa de seis metros, e eu quero fazer com oito'. Aí você insanamente diz assim: 'não, vou contratar outro engenheiro'. Por quê? Me conta, quem é que vai ganhar? Aquela coisa do interesse. Por que você não contrata o mesmo engenheiro? Os projetos estão prontos, os cinco projetos estão prontos. Foram feitos, protocolados na Metroplan, estão lá. Então só precisa atualizar, porque ele estava com a cota (das cheias) de 1941, e precisava passar para a cota de 2024. Então chama a empresa que fez os cinco projetos - são cinco empresas diferentes -, chama eles e diz assim: 'olha, eu preciso que você atualize para a cota de 2024'. Entra nas planilhas lá, e não muda nada no projeto, ele está pronto. Quanto é que custa fazer isso? Por dispensa de licitação, porque eu tenho justificativa, ele vai ser mais barato e mais rápido. Sabe quando é que as empresas disseram (que estaria pronto)? Estaria pronto em maio do ano passado. Esse foi o acordo, sentaram com o governo e o governo chamou 'os interesses' e disse: 'não, vamos contratar uma outra empresa de São Paulo para fazer'. Tudo de novo? É isso que eu falo: usa de dispensa de licitação para contratar as mesmas empresas que fizeram o projeto, atualiza o projeto e aí sim faz licitação dentro dos moldes de licitação, e teria feito dentro do prazo de calamidade, que é um prazo reduzido, que seria em maio do ano passado, e a gente já estaria com obra funcionando.